



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
Via N1 Leste s/n, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes – Zona Cívica
Administrativa – CEP: 70.150-900
Telefones: (061) 3411.4246 / 3411.4330 Fax: (061) 3326.8449
Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres –
PNPM

Ajuda-Memória – 42ª Reunião Ordinária

DATA: 09/05/2012

LOCAL: Auditório da Secretaria de Políticas para as Mulheres – Brasília/DF

Participantes:

- Tatau Godinho – SPM;
- Mariana Mazzini Marcondes – SPM;
- Mônica Alves de Oliveira Gomes – SEPPIR;
- Magaly Correia Marques - Casa Civil;
- Gleyde Braga Ribeiro - Secretaria Geral/PR;
- Joyce Del Frari Coutinho – SECOM;
- Leonor da Costa - Ministério do Trabalho e do Emprego;
- Adriana Santos Rosa - Ministério do Trabalho e do Emprego;
- Teresa Sacchet – MDS;
- Andréa Lorena Butto Zarzar – MDA;
- Maria do Rosário Cardoso – MPOG;
- Elizane Veloso Costa Guedes – MME;
- Samyra Brollo de Serpa Crespo – MMA;
- Antônio da Silva Samir Ribeiro – MMA;
- Célia Jeane dos Santos – MinC;
- Vera Lucia de Oliveira – MAPA;
- Léia Bezerra do Vale – FUNAI;
- Luana Simões Pinheiro – IPEA;
- Elizabeth Marins – IPEA;
- Natália Fontoura – IPEA;
- Bárbara Cobo Soares – IBGE;

- Luís Fujiwara – ONU Mulheres;
- Silvana Veríssimo – CNDM;
- Rosa de Lourdes Azevedo dos Santos – CNDM;
- Catharina Bacelar – Organismos do Executivo Estadual;
- Robson Reis Canedo – MME;
- Roseli de Moraes – SPM;
- Vera Soares – SPM;
- Ana Maria Mesquita – SPM;
- Tiago Cantalice – SPM;
- Gabriela Bastos – SPM;
- Silvana Zuccolotto.

1. Abertura

A coordenadora do Comitê, a subsecretária de Planejamento Tatau Godinho, iniciou a reunião saudando-o e propondo uma rodada de apresentações. Após, explicou algumas mudanças na estrutura organizacional da Subsecretaria, como a alteração da sua identidade e de nome. Quanto às mudanças das representações da SPM no Comitê, Tatau apresentou a subsecretária de Articulação Institucional e Ações Temáticas da SPM, Vera Soares; e Gabriela Bastos, servidora da SPM, como sendo a pessoa de referência nas atividades deste Comitê, substituindo Mariana Mazzini, que agora está no Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. A presente reunião foi classificada como especial, pois foi a primeira reunião do Comitê na gestão da Ministra Eleonora Menicucci.

2. Resoluções da 3ª Conferência: encaminhamentos de publicação e atualização do Plano

Seguindo a pauta da reunião, a subsecretária de Planejamento Tatau Godinho iniciou falando da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e da atualização do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, e que a proposta da SPM é realizar duas publicações da Conferência (as duas já encaminhadas como vistas à publicação em junho). A primeira será um relatório, com caráter mais de debate político e de divulgação dos seus resultados. A segunda será os anais (com todas as falas, discursos, o que aconteceu, os detalhes, etc.), além da divulgação das resoluções, já feita, no sítio da SPM.

Tatau Godinho prosseguiu informando acerca da criação de um grupo de trabalho na SPM para fazer uma proposta de atualização do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres de acordo com as resoluções da 3ª Conferência, o qual já está em andamento nas distintas

subsecretarias. Em seguida, a ideia é trazer a proposta para discussão geral com o Comitê e encaminhar com cada ministério em particular.

Segundo Tatau Godinho, precisar-se-á da ajuda intensa e constante do Ministério do Planejamento, pois está-se trabalhando com o PPA 2012-2015 e os ministérios precisam cumpri-lo. Assim como é necessário analisar as resoluções da 3ª Conferência à luz das prioridades dos ministérios.

Vera Soares lembrou que o PPA Transversal foi um recorte feito para orientar a conferência e não contempla todas as ações no PPA 2012-2015 em sua versão completa. Vale, para ela, pensar qual será o diálogo com o PPA. O Plano não precisa seguir seu modelo. Não necessariamente os temas que estão nas resoluções vão se manter no atual Plano. Os documentos com os quais se trabalha são o PPA, o antigo Plano e as resoluções. É preciso harmonizá-los.

Tatau Godinho afirmou que a leitura mais detalhada do PPA cabe aos membros do comitê, e a SPM tem que tratar com os ministérios em separado por causa de prazos e metas, e porque o Comitê tratará das questões gerais.

A representante da Seppir, Mônica Oliveira, questionou qual será o papel deste Comitê, e como será tratado o Eixo 9, no processo de atualização do PNPM. Questionou, ainda, se outros ministérios serão envolvidos nas questões que envolvem raça e racismo ou só a SEPPIR? Segundo ela, a avaliação é que desde o II PNPM e o GT 09, não se andou muito. As metas do PPA transversal são as metas do projeto do PPA. Algumas coisas já estão alteradas.

Tatau esclareceu que o PPA Transversal realmente está ultrapassado. Com certeza tem coisas que não estão no PPA, pois ele ainda dependia de aprovação. Mais uma vez, de acordo com ela, se vê a necessidade do diálogo particular com os ministérios. A SPM optou, portanto, em fazer uma avaliação sobre o plano, montar um processo de trabalho e trazer para o Comitê, o que será concretizado na próxima reunião, que poderá ser, inclusive, extraordinária - se não houver condições, de ter o material aprovado antes de julho. O Comitê discutirá a atualização em seu conjunto. O processo de pactuação de cada meta e ação tem que ser feita com cada ministério. Precisa-se do aval de cada ministério, pois não se pode lançar uma meta quantitativa sem a aprovação da outra parte.

É papel do Comitê construir os textos dos capítulos para se ter um plano realmente atual e novo. Tatau retomou um ponto abordado por Vera e disse que seja o PPA, as resoluções ou antigo Plano, os formatos são distintos. É necessário consolidar e chegar a adequações na

redação, pois os documentos têm focos distintos. Em relação ao Eixo 9, respondendo à Mônica, foi informado que o GT de Readequação do Plano não chegou, ainda, nos capítulos 9 e 10, no processo de elaboração. Fez-se uma proposta de metodologia que segue a lógica da estrutura do plano, sendo que os capítulos 9 e 10 não foram ainda trabalhados.

Vera ressaltou que, apesar da SAIAT ser responsável por eles, eles devem ser trabalhados e discutidos por todos e pelo comitê. Lembrou, ainda, que na SAIAT, por determinação da ministra, está sendo criada uma coordenação de diversidade.

Samyra Crespo, por seu turno, afirmou que há uma preocupação no MMA quanto à definição do método, para deixar claro quais são os limites de cada ministérios para não ficar a cargo apenas da interpretação. A SPM deve dar as linhas mestras desse exercício. O MMA quer fazer esse trabalho com celeridade para que a agenda da pós-Rio + 20 esteja já em concordância com essa atualização.

Para Tatau Godinho, o formato do II PNPM é desigual no detalhamento. O exercício é fundir e rearticular para fazer uma proposta para que isso seja trabalhado nos ministérios. Não se trata de uma fórmula, pois algumas coisas precisam realmente de detalhamento dada sua particularidade, mas outras devem se prender ao bojo mais geral.

Samyra Crespo trouxe como exemplo de sua preocupação o Bolsa Verde - uma ação que combate a miséria e é uma ação afirmativa das mulheres. Ela é prioridade, mas outras ações não. Assim, é necessário bom senso para identificar aquilo que poderemos acompanhar na vida prática.

Aproveitando a questão, Vera Soares falou que as ações envolvendo políticas para as mulheres necessitam estar na previsão da execução orçamentária. Assim, se é uma ação que os ministérios vão desenvolver, é fundamental que na hora da prestação de contas esteja explícito onde está localizado no orçamento. Ela sugere discutir-se sempre no comitê, sobretudo após a leitura dos documentos e suas proposições.

Tatau Godinho destacou que o papel do GT-SPM de atualização do Plano é fazer uma primeira leitura e apresentar aos ministérios. Por outro lado, Samyra lembrou que os ministérios têm que se preparar também, senão não as proposições de alteração do Plano pela SPM não terão rebatimento. Não será dialógico.

Tatau lembrou que o processo de pactuação com os ministérios é trabalhoso e demorado. Propõe, então, fazer duas coisas: coesionar o debate no comitê e garantir celeridade na pactuação

com cada área. Ressaltando que o que se consegue pactuar no Comitê não necessariamente chega igual na direção dos ministérios, ela compartilha sua preocupação em optar por um método de trabalho ineficaz.

Natália Fontoura, do IPEA, alertou que os ministérios conhecem melhor seu PPA do que a SPM. Tatau secunda e diz que não se está partindo do zero, porque a SPM pactuou o PPA Transversal com todos os ministérios antes da conferência. Propõe-se que o novo plano seja mais enxuto, mais fácil de acompanhar e deve refletir o que o governo pretende para as mulheres nos próximos 4 anos. É uma questão política.

Luís Fujiwara, representante da ONU Mulheres, contemporizou e observou que as propostas não são excludentes, mas complementares. O comitê não define metas e ações. As discussões no âmbito dos ministérios não são só de coleta de informações. O que interessaria seria os ministérios trazerem o que lhes é importante que conste no novo PNPM e fazer uma análise de qual o foco da ação, qual o público se quer atingir, buscando fazer um estudo de convergência para eficiência do trabalho, contribui nesse movimento de aterrizar o plano em ações práticas de cada área.

Quanto à leitura e coerência com o PPA, a sugestão dele é que poderíamos definir uma rubrica que identifique o trabalho transversal. Para ficar mais fácil ao puxar os dados do sistema. Precisa-se fazer a análise do processo para fazer o casamento dos PPA's e dos Planos de cada ministério.

Maria do Rosário, representante do MPOG, afirmou que a rubrica dos itens do orçamento segue um padrão. Há a necessidade de identificação dos itens transversais, mas não foi possível fazer isso no código. A saída seria colocar no sistema de monitoramento filtros, porém o monitoramento do PPA ainda não está pronto. O objetivo é monitorar as metas do PNPM. O PPA se liga ao Orçamento pela "iniciativa", embora haja muitas iniciativas no PPA que são não orçamentárias. Mas intervir no código, ela crê não ser possível ainda. O SIAFI não está preparado para isso, segundo ela.

Saber se a ação do PNPM está prevista no PPA do órgão é uma informação gerencial, pois em cada um deles, os responsáveis sabem e devem saber informar onde tal ação se encontra no programa/ação do PPA.

A alternativa seria, como ocorre no PAC e no BSM, identificar no momento do repasse do recurso, quando sai do caráter orçamentário para o financeiro.

Samyra Crespo afirmou que esse exercício já foi feito e não dá certo porque se lida com um ponto ótimo. O governo está fazendo um PPA que nunca fez, os ministérios estão fazendo metas que nunca fizeram, o governo já está selecionando o que vai acompanhar. Para dar certo, temos que ser seletivos. A partir de um modelo definido no GT, poder-se-ia definir um grupo de metas de prioridade máxima. Se quisermos tudo não se alcançará nada.

Tatau Godinho pediu a Rosário uma sugestão de como fazer essa filtragem. Será necessário ver esse debate do ponto de vista orçamentário e definir o que efetivamente se quer contabilizar para que a identificação orçamentária não seja ilusória. Se tudo é transversal, entra tudo? Achar uma maneira de delimitação é essencial para não se apresentar uma ilusão para a sociedade do que é efetivamente o investimento do governo nas políticas para as mulheres.

Ainda segundo Tatau, no debate da LDO no Congresso foi feita uma apresentação do que seriam as emendas e as propostas do Congresso. Como a questão da restrição ao contingenciamento para as ações relativas à violência. É possível que apareçam questões que envolvam os ministérios na LDO. Precisa-se tratar no Comitê do ponto de vista do governo para ver o que será ou não aceito.

Mônica Oliveira questionou novamente sobre o método e a abrangência da revisão do plano: a conjuntura tem que se inserir no plano e na orientação da construção das ações do plano. É preciso aproveitar esse momento de conquistas para potencializar as ações afirmativas.

3. Organização e dinâmica dos mecanismos de políticas de gênero nos ministérios

Tatau Godinho inaugurou outro ponto de pauta, afirmando que para garantir as políticas para as mulheres nos ministérios é importante ter uma área responsável em cada um. A sugestão é que sejam diretorias, vinculadas à secretaria executiva ou ao gabinete, para poder influenciar o debate geral e institucionalizar a transversalidade do tema nos ministérios. Ela, então, lançou a proposta de todos os representantes compartilharem a experiência que têm tido em seus órgãos.

A primeira a se pronunciar é Samyra Crespo, do MMA, que possui o comitê interno formado pelas 5 secretarias e as entidades vinculadas (ICMBio, IBAMA, ANA, etc.). Dificilmente a agenda de reuniões congrega todos. O que se tem feito é irradiar as informações, mas quando há uma ação específica do MMA envolvem-se todos, como na semana do meio ambiente costuma-se trabalhar com as mulheres ambientalistas. Quanto às hierarquias segue-se o modelo das secretarias que tratam da diversidade. O problema é que se se criar uma diretoria de mulheres,

outras demandas do espectro da diversidade irão surgir. Uma secretaria da diversidade seria a saída. Mas já está garantida uma coordenação da mulher (DAS3). Samyra destaca que se a alta cúpula do órgão não estiver comprometida, não adianta. O compromisso tem que ser assumido pelos ministros. Eles têm que assinar o compromisso na pactuação. Diretoria de Políticas para as Mulheres (ou de Gênero), de todo modo, é impossível de alcançar.

Em seguida, Vera Oliveira, representante do Ministério da Agricultura, pontuou que para a efetividade dessas ações nos ministérios é preciso uma institucionalização, uma pactuação política. Senão, todas as vezes que se mudar a gestão, mudar-se-á a visão. Mencionou a experiência citada pelo MMA de trabalhar ações estratégicas e transversais, onde foram criados 13 projetos, 2 só de articulação. Se não tiver uma articulação junto aos ministros e um monitoramento da tramitação, não adianta. Se o superior hierárquico não comunga a questão, o trabalho emperra.

Teresa Sacchet apresentou, logo em seguida, a estrutura do Comitê de Gênero do MDS, relançado no último dia 8 de março. Explicou que, na verdade, já existia um comitê de gênero no MDS desde 2010, que foi criado, mas interrompeu seu funcionamento. Foi, então, retomado neste ano, com um lançamento oficial para conferir maior visibilidade e legitimidade. Desde então já foram realizadas três reuniões, de periodicidade mensal, durante as quais foi discutido o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres no que tange ao MDS com o objetivo de identificar ações do Ministério com interface com o Plano.

Nas reuniões ordinárias são apresentadas políticas que dizem respeito a gênero dentro de cada secretaria. A idéia, segundo Teresa, é que tivesse um projeto de nivelamento técnico dos participantes. Foi feito um programa com 10 pontos centrais para o entendimento básico das questões de gênero e mandado para a SPM, que tem dado um ótimo apoio. A SPM aprovou o projeto, mas ainda será feita uma reunião semana que vem para definir os detalhes.

O projeto vai ser aplicado com o objetivo de nivelar o conhecimento, até mesmo porque se avalia que o desinteresse também se relacionava à ausência de conhecimento e acúmulo teórico para entender a razão das políticas públicas de gênero. São desafios para nós e para espaços como esses dentro dos ministérios, a legitimidade e o grau de influência. Uma ação fundamental, segundo Teresa, foi a visita da Ministra Eleonora Menicucci ao MDS. Após isso, houve um avanço não só do ponto de vista político no ministério, mas no envolvimento no gabinete. Lourdes Bandeira, Secretária Executiva da SPM, falou da importância da abordagem do tema e

de uma estrutura específica dentro dos ministérios. Nesse sentido, é central a institucionalização dessas estruturas. Isso passa tanto pela habilidade política e técnica dos participantes, como também pelo modo como o seu trabalho vai se inserir e se enraizar no ministério.

Lourdes Bandeira afirmou que a institucionalização é um problema amplo, pois a construção da perspectiva de gênero dentro dos órgãos não é um lugar comum, é uma exceção. O percurso da Ministra pelos ministérios é uma saída. A outra, interna ainda, é a manifestação e o desejo das pessoas quererem saber do que se fala, é melhor oferecermos os corretos significados e conteúdos. Externamente, para fortalecer, já fez-se um pequeno seminário com os núcleos dos ministérios que evidenciaram seus avanços, isso vai fortalecer a natureza da estrutura. Não dá para padronizar devido à diversidade e às distintas dinâmicas. A proposta é trabalhar na capacitação e absorção de conhecimento. Isso é um lugar comum entre nós. A fala de Teresa Sacchet é relevante, para ela, pois o compromisso da SPM, entre outros, é produzir as condições e os materiais.

Leonor da Costa, representante do Ministério do Trabalho e Emprego, apresentou a Comissão de Gênero do MTE, que tem representação de todas as secretarias do órgão. Afirmou que por meio da Comissão foram construídas duas cartilhas: uma sobre assédio moral e uma cartilha pedagógica mais geral, que foram encaminhadas para os sindicatos e para quem mais solicita.

Essa comissão é coordenada dentro da secretaria executiva do MTE e ela teve um olhar sensível para essa comissão, o que se revela nos programas/ações do atual PPA. Não há grandes problemas internos, segundo Leonor, mas existem dificuldades de recursos humanos. Apesar disso, há uma perspectiva de continuidade.

Outra representante do MTE, Adriana Rosa, complementou: existe uma configuração que possibilita ampliar a influência da comissão de gênero na superintendência. Adriana diz que irá reproduzir o projeto da colega do MDS sobre a capacitação. Lourdes Bandeira lembrou que há uma dificuldade no MTE em relação aos dados do trabalho desagregados por sexo.

Léia do Vale compartilhou uma experiência da FUNAI para todos compreenderem a situação da Coordenação de Gênero e Assuntos Geracionais do órgão. Ela é fruto de disputa com o governo para atender as demandas das mulheres indígenas. Em 2008, conseguiu-se um recurso para trabalhar com as mulheres indígenas do país. Depois se passou a abraçar a questão geracional, aumentando as atribuições, com certo aumento de recurso e de pessoas, mas num

ambiente muito complicado internamente, pois a política indigenista é universalista e de fundo machista.

É complicado, segundo ela, inserir tais questões nos grupos indígenas. O que foi feito foi levar as representações para identificar quais eram as demandas (combate à violência, fortalecimento organizacional, etc.). Assim, participou-se da 3ª Conferência, mas não sem uma preparação prévia delas. O II PNPM nessa coordenação é como uma legislação.

Reclamou que sentem grandes dificuldades em se aproximar dos ministérios com ações específicas para os indígenas. E, apesar de ajudar na construção, não conseguem espaço para debater as especificidades das mulheres indígenas. A hierarquia interna também emperra a articulação com os ministérios. O esclarecimento das questões foi necessário tanto para os indígenas e quanto para os dirigentes da FUNAI. As mulheres indígenas, hoje, encontram-se nos comitês da FUNAI.

Foi feito um trabalho sobre a Lei Maria da Penha e violência de gênero, com as mulheres indígenas. Fez-se um documento e a proposta era trabalhar os direitos dos povos indígenas e a lei Maria da Penha com os homens indígenas. Mas o que houve foi o contingenciamento de recursos e o planejamento foi quase eliminado, porque as prioridades eram outras. Quando se começou a trabalhar esse tema, as indígenas começaram a ver sua situação. “A violência está aumentando?” “Não, elas é que estão falando mais”.

A equipe, conforme Léia, não tinha um entendimento sobre os conceitos de gênero e geração para os povos indígenas. Sem olhar para as especificidades não é possível desenvolver um bom trabalho.

Lourdes Bandeira ponderou que a questão de gênero e transversalidade de gênero nos povos indígenas é de outra natureza. A matriz de gênero é outra. Já existe um trabalho iniciado de análise da constituição do que significa a violência de gênero para os indígenas. Tatau Godinho concordou que esse é um debate amplo. Como fazer o debate de gênero entre os povos indígenas? Tem a ver não só com a realidade da FUNAI.

Léia concluiu que o trabalho atual é de reorganização interna, articulação com as regionais e que a FUNAI assuma a questão. Evidentemente, a pluralidade cultural deve ser considerada. As ações precisam ter vinculação com os pontos de vistas dos povos. Sugere, também, conversar com as áreas internas da SPM.

Samyra Crespo sugeriu uma espécie de manual de orientação para a institucionalização de mecanismos de gênero. Lourdes Bandeira e Tatau Godinho esclarecem que esse trabalho já foi feito. Mariana Mazzini lembrou que o manual não foi publicado em papel, mas o arquivo em PDF está disponível no sítio da SPM.

Segundo Bárbara Cobo, para o IBGE é importante conhecer o trabalho dos ministérios, o que está sendo feito com os dados disponibilizados. Nesse sentido, sugeriu que cada órgão elaborasse dois parágrafos descrevendo suas atividades.

Tereza (MDS) insistiu que seria interessante para os órgãos conhecerem os trabalhos dos participantes do Comitê mais consistentes. No entanto, a mesa deliberou que seria mais profícuo deixar as apresentações ministeriais para a próxima reunião.

4. Apresentação das Diretrizes - Ministra Eleonora Menicucci

A Ministra Eleonora Menicucci fez uma fala aos membros do Comitê afirmando que sua presença é uma ratificação da importância dos GTs, Comitês, Conselhos e outros mecanismos de gênero presentes ali. Foi contundente ao afirmar que a atuação do Comitê é fundamental intra e intergovernamentalmente, pois impõe aos ministérios a perspectiva de gênero. A transversalidade exige a incorporação do gênero em suas políticas. A sua gestão, disse ela, prioriza essa transversalidade. Declarou-se satisfeita em ver tamanha representatividade na reunião. Isso só reforça a política da presidenta de construir a transversalidade intragovernamental e interministerial.

Nesse sentido, desde que assumiu a SPM, essa questão vem ganhando magnitude nesse governo. Assim, a Ministra vem fazendo visitas aos ministérios para ratificação do compromisso da parceria. Quando chegou nos ministérios ficou surpreendida, pois eles já tinham uma pauta para firmar, saindo sempre com um GT para avançar a parceria. Isso foi fundamental, pois abriu um acesso para o governo em termos de parcerias (planejamento, implementação e monitoramento). Foram feitas várias reuniões bilaterais em que a Ministra foi ao encontro dos ministérios. Esse movimento tem um significado concreto.

A Ministra Eleonora Menicucci revela sua satisfação com essa reunião do Comitê e por sua representatividade. Reafirma o compromisso com esses espaços. Os organismos internos são fundamentais para as políticas públicas para as mulheres avançar na sua transversalidade, pois

são eles que dão a tônica da questão em cada ministério. Com o lançamento do planejamento estratégico, e a definição das diretrizes e prioridades da gestão, à luz da 3ª Conferência, a SPM ganhará uma nova cara. Em junho, provavelmente, ele estará finalizado e os membros do Comitê terão acesso às suas definições. “Sintam-se fortalecidas nos respectivos ministérios e estejam certas que nossos trabalhos trarão importantes contribuições para o governo Dilma. Estamos com vontade de trabalhar e realizar. Esse governo tem sua marca e a transversalidade é uma delas”.

A Secretária Executiva, Lourdes Bandeira, justificou que está um pouco ausente por questões de saúde, mas reafirma, como a ministra, a importância do Comitê e diz que é fundamental que ele esteja completo (comentou que sentiu a falta de representantes do MEC e do MS, por exemplo), porque existem muitas ações conjuntas. Como atividade política do Comitê tem-se como meta criar os mecanismos de gênero nos ministérios e fortalecer os que já existem.

5. Informes

Neste ponto de pauta tratou-se dos seguintes informes:

- Quanto às datas das próximas reuniões, propõe-se que continue a dinâmica bimestral e que seja mantida a primeira quarta-feira como data da reunião.
- Pesquisa da UFSC sobre o a Política Nacional para as mulheres a partir das duas edições do PNPM.
- Convite para evento de assinatura do Pró-Equidade de Gênero e Raça com as empresas que aderiram ao programa nessa última edição – 22/5, 17:00, na sede da EletroNorte .
- Andréa Butho (MDA) comunicou que entre os dias 14 e 16 de maio se dará a 3ª oficina de institucionalização de políticas para mulheres rurais do Mercosul.
- Vera Soares convidou as/os integrantes deste Comitê para participarem, no dia 17 de maio, da entrega do 7º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero às melhores redações, artigos científicos e iniciativas sobre relações de gênero, mulheres e feminismos.

6. Encaminhamentos Finais

A coordenadora do Comitê lembrou alguns encaminhamentos:

- Enviar para o Comitê linhas gerais dos comitês existentes (roteiro para os órgãos preencherem como subsídio a próxima reunião);

- Reunir os materiais já elaborados.

Andréa Butto lembrou que este ano é o Ano Internacional do cooperativismo e que o governo federal está com uma agenda extensa neste tema. Vera Oliveira (MAPA) avisou que julho é o mês do cooperativismo, sendo que para o primeiro sábado está previsto um evento, para o qual a presidenta já foi convidada.

Após os encaminhamentos, Tatau Godinho agradeceu a presença de todas e todos e declarou concluída a reunião.